

Projeto de lei prioriza moradia a mulher vítima de violência

Proposta prevê reserva 5% das moradias a mulheres vulneráveis

Mulheres de Santa Bárbara d'Oeste que enfrentam violência doméstica ou escaparam de tentativas de feminicídio poderão ter prioridade no acesso à moradia popular. Essa possibilidade está prevista no Projeto de Lei nº 140/2025, apresentado pelo vereador Rony Tavares, propondo a reserva de 5% das unidades habitacionais do município para mulheres em situação comprovada de vulnerabilidade.

O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal na terça-feira (27), com 16 votos favoráveis. Os vereadores Felipe Corá do PL e Tinkinho Tk do DC não participaram da votação por motivos de saúde.

Crítérios de acesso

Para que a beneficiária tenha acesso à prioridade será necessário comprovar a condição de vítima por meio de documentos oficiais. Entre eles estão registros de inquérito policial denúncias criminais decisões judiciais que concedam medidas protetivas de urgência ou laudos e pareceres sociais emitidos por órgãos públicos ou entidades reconhecidas na defesa dos direitos das mulheres. Além disso a interessada deverá estar cadastrada nos programas habitacionais e comprovar residência no município.

Segundo o autor do projeto a proposta vai além da oferta de uma casa. A intenção é garantir proteção dignidade e a possibilidade real de recomeço. Rony Ta-



Câmara de Santa Bárbara d'Oeste

Para ter acesso ao benefício será preciso comprovar com documentos a condição de vítima

vares destaca que muitas mulheres mesmo amparadas pela Lei Maria da Penha continuam expostas ao agressor por não terem alternativas de moradia após o rompimento da relação violenta. Nesse contexto a segurança habitacional passa a ser fundamental para interromper o ciclo de agressões.

A reserva das unidades se aplica a empreendimentos habitacionais realizados pelo município em parceria com programas estaduais ou federais. O benefício será destinado exclusivamente a mulheres que não possuam outro imóvel ou meios próprios de garantir moradia segura. O texto do projeto estabelece critérios

rigorosos justamente para evitar fraudes e assegurar que o atendimento chegue a quem realmente necessita.

Documentação

Entre os documentos aceitos para comprovação estão registros produzidos por delegacias especializadas no atendimento à mulher decisões judiciais certidões e laudos sociais ou psicológicos emitidos por serviços públicos e organizações não governamentais com atuação reconhecida. A proposta também reconhece que o acesso à moradia não encerra todos os desafios enfrentados pelas vítimas.

Durante a discussão foi ressaltado que mesmo com a titularidade do imóvel a mulher pode continuar em situação de vulnerabilidade pois terá despesas fixas como água energia IPTU condomínio e parcelas do financiamento. Além disso o impacto emocional causado pela violência pode interferir na permanência no mercado de trabalho e na geração de renda.

Ainda assim, o vereador defendeu que a iniciativa representa um avanço importante para afastar definitivamente o agressor e criar condições para que a rede de assistência social do município auxilie no processo de reconstrução da vida dessas mulheres.

Itatiba recebe R\$ 246 mi da Sabesp para saneamento

A Sabesp anunciou um amplo conjunto de obras em Itatiba, com investimentos estimados em R\$ 246 milhões até 2029. A iniciativa tem como objetivo garantir água potável e coleta e tratamento de esgoto para toda a população, antecipando a meta nacional que prevê a universalização desses serviços até 2033.

ETE ampliada

Entre as principais entregas está a ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Itatiba, localizada na Avenida Fioravante Piovani. Com investimento superior a R\$ 40,3 milhões, a obra foi concluída e todas as novas unidades já estão em operação. Antes da intervenção, a estação tratava 235 litros de esgoto por segundo. Com a ampliação, a capacidade passa a atingir até 388 litros por segundo, permitindo atender uma população estimada em mais de 190 mil habitantes.

Além de preparar o sistema para o crescimento da cidade, a modernização da ETE contribui para a proteção dos mananciais e cursos d'água.

Novos bairros

Os investimentos também abrangem a expansão das redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto em regiões que antes não eram atendidas, como Chavini e Castro, Citrus Pomar São Jorge, Cachoeiras do Imaratá, Real Parque Dom Pedro I e San Martin. As obras somam mais de R\$ 15,3 milhões, estão cerca de 70% concluídas e têm previsão de término até agosto de 2026.

Desde a desestatização da Sabesp, em julho de 2024, 1.851 imóveis passaram a receber água tratada pela primeira vez, enquanto 3.184 imóveis foram conectados à rede de esgoto, ampliando o acesso a serviços essenciais.

Segundo Michelli Lima, gerente regional da Sabesp Capivari/Jundiá, "Essas obras significam mais saúde, dignidade e qualidade de vida para a população, além da proteção dos recursos naturais. Levar água tratada e coleta e tratamento de esgoto para quem ainda não tinha acesso a esses serviços é promover desenvolvimento urbano sustentável e cuidar do futuro da cidade".

Aplausos a Nikolas Ferreira gera embate político na Câmara de Americana

A segunda Sessão Ordinária de 2026 da Câmara Municipal de Americana foi marcada por discussões acaloradas após a inclusão, em regime de urgência, de uma moção de aplausos relacionada à caminhada do deputado federal Nikolas Ferreira (PL MG) até Brasília, em defesa do movimento intitulado "Acorda Brasil". A iniciativa partiu do vereador Marcos Caetano (PL) e reacendeu divergências ideológicas entre os parlamentares no plenário.

A proposta acabou aprovada por 13 votos favoráveis, registrando ainda quatro ausências e um voto contrário, da vereadora Professora Juliana (PT). O episódio evidenciou mais um embate político entre representantes de campos opostos dentro do Legislativo municipal.



Câmara de Americana

A vereadora Professora Juliana (PT) foi contrária à moção

Debate acirrado

As manifestações ocorreram entre o vereador Thiago Brochi (PL) e Marcos Caetano (PL), que defenderam a homenagem, e a vereadora Professora Juliana, que se posicionou contra. A parlamentar

criticou a caminhada como instrumento de fortalecimento de grupos da direita radical.

Juliana também afirmou sentir falta de uma direita mais positiva e reflexiva, dizendo que esse perfil estaria hoje em mino-

ria no Legislativo de Americana. Suas declarações elevaram o tom da sessão e provocaram reações imediatas.

Em resposta, Thiago Brochi argumentou que a caminhada simboliza a defesa da liberdade de pessoas que, em sua avaliação, estariam sendo alvo de perseguição política. O vereador fez críticas duras ao governo federal, além de afirmar que haverá mudanças no cenário político nacional.

Já o autor da moção, Marcos Caetano, rebateu as falas da vereadora, classificando-as como falaciosas. Ele questionou a ausência de críticas ao Partido dos Trabalhadores em temas ligados à gestão federal. Ao encerrar, Caetano declarou que o Brasil teria "acordado" e que as respostas virão nas próximas eleições.